

## CARACTERÍSTICAS DO FINANCIAMENTO DE CAPITAL DE GIRO: ESTUDO DIRIGIDO ÀS MICRO EMPRESAS DO COMÉRCIO DE PASSO FUNDO (RS)

Domingo Cericato<sup>1</sup>  
José Juparitã do Amaral<sup>2</sup>  
Alexandre Marino Costa<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo destaca as práticas adotadas por microempresas para o financiamento do capital de giro, refletindo a gestão financeira adotada em suas empresas. O trabalho foi realizado com base em entrevistas efetuadas com 40 proprietários de microempresas situadas na cidade de Passo Fundo (RS). Os dados foram sistematizados em primeiro lugar, de forma quantitativa e, posteriormente, de forma qualitativa, de modo a identificar as práticas utilizadas por essas empresas e se uma boa gestão financeira representa uma ferramenta de planejamento e controle capaz de contribuir na busca dos resultados financeiros desejados. Pelo resultado observado pode-se concluir que há uma relação direta entre uma boa gestão financeira e o nível de endividamento das mesmas, e apresentam-se algumas sugestões para melhorar a forma de gestão das empresas.

**Palavras-chaves:** Micro-empresas, gestão financeira, capital de giro.

### ABSTRACT

The present article emphasizes the practices that are admitted by micro-enterprises to the working capital's borrowing the financial management adhered. The task was performed through interviews accomplished with forty micro-enterprises' owners placed at Passo Fundo in the Rio Grande do Sul. Data were organized, firstly, in a quantitative way and, later on, in a qualitative way, to make it possible to identify the usual practices in the companies and also if a good financial management may represent a tool for planning and control able to contribute in searching of wished financial results. Through observation, one can conclude that there's a direct relation between a good financial management and their level of indebtedness and one also presents some suggestions to get better the companies' manners of management.

**Key words:** Micron-enterprise, financial management, working capital.

---

<sup>1</sup> Administrador pela Universidade de Passo Fundo - UPF.

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Administração da UPF, mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Ciências da Administração da UFSC, mestre em Administração pela UFSC

## **1 INTRODUÇÃO**

As microempresas representam uma parcela cada vez maior do total de estabelecimentos do país. Conforme estudo publicado pelo BNDES (2002), em 2000 haviam 400 mil micro empresas a mais do que em 1995, e chegaram a representar 93 % no total dos estabelecimentos empregadores.

Contudo, como demonstra a pesquisa do BNDES, daquelas que iniciaram suas atividades em 1996: 18,3 % encerraram suas atividades no primeiro ano de existência; 36,1 % no segundo ano e 48,2 % antes de completar três anos de existência.

A geração líquida de empregos nas microempresas, também tem sido substancialmente maior do que nas empresas de maior porte. Nestas, o saldo entre contratações e desligamentos foi de 29.652 novos postos de trabalho, enquanto que nas microempresas este número foi superior a um milhão e quatrocentos mil, sendo que os setores comercial e de serviços foram os que apresentaram maior crescimento.

Neste sentido, Mendes (2002) afirma que os pequenos negócios são uma característica das economias modernas. Com sua estrutura ágil e flexível, podem atender, rapidamente, às necessidades cada vez mais diversificadas dos consumidores e, ao mesmo tempo, têm maior facilidade de adaptação aos problemas macroeconômicos.

No seu conjunto, esse segmento é pujante, já isoladamente essas unidades necessitam de assistência administrativa e técnica, na forma de mecanismos institucionais de apoio, que lhes ofereçam permanência num mercado em constante aprimoramento.

Neste contexto a função financeira assume um papel muito importante, pois a boa gestão financeira pode garantir a essas organizações condições desejadas para seu desenvolvimento e ampliação. Para tanto, o financiamento do capital de giro se faz necessário, buscando o suporte financeiro para as ações do negócio.

## **2 A FUNÇÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS**

Nas micro empresas, o papel de administrador financeiro é geralmente desempenhado pelo proprietário ou por um dos seus sócios, que normalmente divide parte das tarefas com o contador, sendo necessário salientar que a função principal do contador é desenvolver e fornecer dados para medir o desempenho da empresa, avaliar a sua posição financeira.

Outro aspecto que merece ser destacado é que o contador, baseando-se em certos princípios padronizados, prepara as demonstrações financeiras sob a abordagem conhecida como regime de competência, que reconhece as receitas no momento da venda e as despesas quando incorridas.

Neste aspecto, a principal preocupação do administrador financeiro deve ser a de determinar as melhores e mais baratas fontes de financiamento, considerando que os juros e demais encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos oneram o resultado econômico reduzindo, desta forma, o lucro da empresa.

A segunda tarefa básica da função financeira refere-se à alocação eficiente dos recursos. Isto envolve busca constante da otimização do uso dos fundos disponíveis, para que seja alcançada a rentabilidade desejada, assim como preservando a capacidade da empresa de honrar os seus compromissos em dia.

Já como objetivo global da administração financeira, Gitman (2002) o define como sendo o de maximizar a riqueza de seus proprietários. Essa riqueza é representada pelo valor de mercado da empresa, ou seja, pelo preço que seria alcançado pela sua venda, e é

conseguida através do eficiente emprego dos recursos materiais e humanos disponíveis, sem perder de vista a necessidade da contribuição a ser feita no sentido de elevar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços colocados à disposição da sociedade.

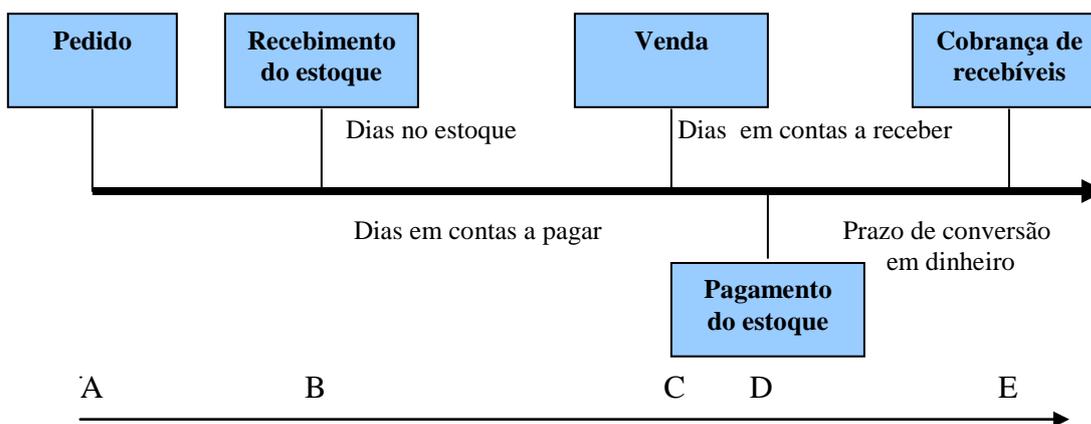
## 2.1 O Capital de giro

Uma administração ineficiente do capital de giro afetará dramaticamente o fluxo de caixa das empresas, afetando diretamente sua liquidez e rentabilidade. Assim sendo, uma boa compreensão do mesmo, bem como de suas fontes de financiamento é matéria de grande importância para os proprietários de pequenas empresas.

O capital de giro pode ser entendido como os recursos que sustentam as operações do dia-a-dia da empresa. Gitman (2002) define o capital de giro como sendo os ativos circulantes, que representam a parcela de investimento que circula de uma forma ou outra, durante a condução normal dos negócios da empresa. Esta idéia compreende a transferência periódica de recursos do caixa para estoques, destes para duplicatas a receber e novamente de volta para o caixa, formando o ciclo operacional do capital de giro.

A figura 1 ajuda a visualizar a seqüência cronológica de um ciclo hipotético de capital de giro.

FIGURA 1- LINHA DE TEMPO PARA CAPITAL DE GIRO



Fonte: Longenecker et al (1997)

Como observado na ilustração acima, as datas chaves na figura 1 são as seguintes:

- dia A: Estoque é encomendado junto aos fornecedores;
- dia B: Estoque é recebido;
- dia C: Efetuada venda a crédito das mercadorias em estoque;
- dia D: Os fornecedores são pagos nas datas de vencimento;
- dia E: Contas a receber são recebidas.

As implicações do investimento e financiamento do ciclo do capital de giro, conforme refletido na figura 1, são as seguintes:

- investimos dinheiro em estoque do dia B até o dia C;
- os fornecedores nos financiam o estoque do dia B até o dia D;
- investimos dinheiro em contas a receber do dia C até o dia E;
- necessitamos financiar o investimento da empresa em contas a receber do dia D até o dia E.

Dentre todas as implicações acima, a relação do dia D até o dia E, é definida por Longenecker et al (1997) como “prazo de conversão em dinheiro”. Já Braga (1995) denomina de “ciclo financeiro” e representa o número de dias necessários para completar o ciclo do capital de giro.

Durante o prazo de conversão em dinheiro a empresa não conta mais com o benefício do financiamento proporcionado pelo fornecedor e, portanto, quanto maior for esse período, maior será o potencial para o surgimento de problemas no fluxo de caixa das empresas.

Assim sendo, o administrador financeiro necessita dar especial atenção aos prazos médios de estocagem (PME), de pagamento (PMP), e ao prazo médio de cobrança (PMC), pois afetam significativamente a necessidade de recursos para financiar o giro das operações, e quando não administrados corretamente, poderão afetar diretamente a rentabilidade e a liquidez da empresa.

## **2.2 Administração de contas a pagar**

A administração das contas a pagar e o fluxo de caixa estão intimamente relacionadas. Enquanto as contas a pagar não estiverem vencidas, a empresa compradora poderá dispor do dinheiro equivalente ao montante de contas a pagar não vencidas, atentando sempre para os fluxos de entrada e saída de dinheiro do caixa a fim de não comprometer a liquidez da empresa.

Embora o pagamento em dia seja um dos mandamentos do administrador financeiro, e as contas a pagar sejam obrigações legais, as mesmas podem ser pagas em diversos prazos ou até mesmo serem renegociadas em alguns casos. Portanto, a negociação e definição de prazos são fundamentais para a administração financeira das contas a pagar.

Qualquer empresa está sujeita a enfrentar emergências que podem levá-la a ter dificuldades momentâneas em seu fluxo de caixa, e a necessitar solicitar prorrogação de prazo junto aos seus fornecedores. Geralmente os credores procuram cooperar na busca de uma solução, principalmente se houver uma boa relação de parceria estabelecida, pois são partes interessadas na empresa e querem que ela seja bem-sucedida.

Nestas ocasiões, deve-se dar especial atenção aos encargos financeiros que incidirão sobre a prorrogação do prazo e, caso sejam muito elevados, deve-se buscar outras fontes de financiamento menos onerosas e que não venham a comprometer a rentabilidade da empresa.

A compra a crédito representa, normalmente, a forma mais barata que as empresas encontram para financiar as suas necessidades de dinheiro. Longenecker et al (1997) afirmam que quanto maior for o prazo de concessão, melhor, sendo assim, o pagamento pode ser feito na data mais tardia permitida pelo acordo.

É necessário salientar que quanto maior for o prazo conseguido junto aos fornecedores, menor será o ciclo financeiro ou prazo de conversão em dinheiro da empresa e conseqüentemente, diminuirão as suas necessidades de financiamento para o capital de giro da empresa.

Entretanto é preciso atentar que, tipicamente, as vendas a crédito possuem condições de pagamento que incluem descontos para pagamento à vista. Dependendo do desconto concedido e da disponibilidade de dinheiro é preciso analisar qual a situação mais vantajosa para a empresa.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Dentre os aspectos metodológicos destacam-se a delimitação da pesquisa, a população e amostra, os procedimentos de coletas de dados e posterior análise e tratamento dos dados, necessários para definição do objetivo proposto.

#### **3.1 Delineamento da pesquisa**

A presente pesquisa pode ser classificada como um estudo de caso, uma vez que se refere ao comércio de Passo Fundo. Segundo Gil (1996), o estudo de caso possibilita uma tarefa que nas outras estratégias é praticamente impossível de ser realizada, ou seja, um conhecimento amplo e detalhado de poucos objetos estudados.

#### **3.2 População e Amostra**

O universo de pesquisa foi às microempresas do setor comercial, situadas na região central da cidade de Passo Fundo.

Por se tratar de um universo numeroso e esparso, e principalmente pelas fontes de pesquisa, tais como IBGE, Prefeitura Municipal, CDL e ACISA, não dispõem de números claros sobre a quantidade de microempresas existentes em Passo Fundo, pois cada órgão possui um critério próprio de classificação das empresas, buscou-se selecionar uma amostra, de forma aleatória dentre as microempresas situadas na região central da cidade de Passo Fundo (RS).

Desta forma foram efetuadas 52 visitas, sendo que 12 empresas, por diversas razões, não se dispuseram a participar da pesquisa.

#### **3.3 Coleta de dados**

Para a coleta de dados, as empresas selecionadas foram visitadas e através de entrevistas procurou-se obter os dados a serem utilizados na elaboração do trabalho.

Segundo Diehl e Paim (2002), a entrevista é um encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

As entrevistas foram efetuadas nos meses de Abril e Maio de 2003, no próprio ambiente de trabalho dos respondentes utilizando, sempre que possível, salas reservadas para garantir a privacidade do trabalho.

Ao agendar as entrevistas o entrevistador procurou expor, com total transparência, o objetivo e a natureza do trabalho, a relevância da investigação e a importância de sua colaboração, dando um caráter pacífico e cooperativo à entrevista. Buscou-se, também, garantir o anonimato a quaisquer declarações, bem como a não utilização dos dados para outras finalidades.

### 3.4 Análise dos dados

Após a coleta dos dados, foi efetuada uma análise qualitativa e quantitativa dos dados, para este mister os mesmos foram sistematizados e interpretados, buscando expressar o significado do material coletado e analisado em relação aos objetivos estabelecidos na pesquisa, para, então, proceder às recomendações convenientes.

## 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

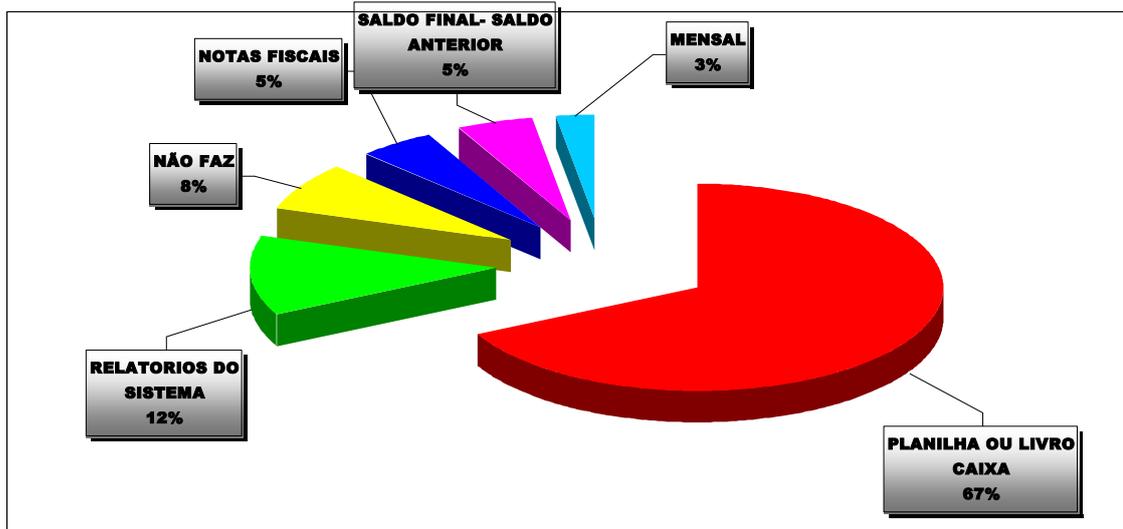
Os dados da presente pesquisa foram tabulados manualmente e os gráficos elaborados com o auxílio do *Software Microsoft Excel*.

Os dados tabulados da amostra, que representa 40 observações, de microempresas localizadas na região central da cidade de Passo Fundo (RS), apresentaram os resultados a seguir relacionados, identificando as questões, gráficos e respectivos comentários.

### 4.1 Características do fluxo de caixa da empresa

Dantas (1996) refere que os valores do fluxo de caixa devem ser captados na data exata em que eles ocorrem independente da sua representação contábil.

FIGURA 2 – FECHAMENTO DIÁRIO DO CAIXA

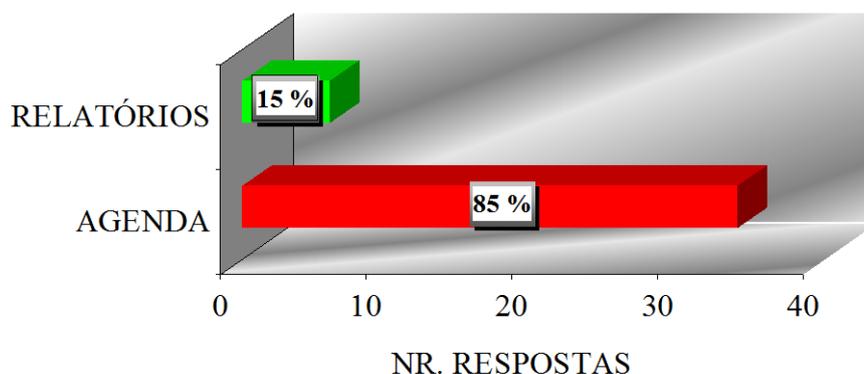


Observa-se que a maioria das empresas (67 %) utiliza-se de planilhas ou livro-caixa para apurar o fechamento diário do caixa e apenas uma minoria de 12% utilizam relatórios informatizados; 8 % das empresas não fazem fechamento algum; 5 % afirmam que efetuam o fechamento do caixa através da soma das notas fiscais emitidas; 5 % somam o saldo atual e diminuem do saldo anterior para apurar o montante diário das vendas e 3 % das empresas afirmaram efetuar um fechamento mensal.

## 4.2 Controle das contas a pagar

Segundo Sanvicente (1987), o controle das saídas de caixa deve ser no sentido de preservar o maior nível de liquidez possível, desde que não haja prejuízos pela manutenção de saldos ociosos em caixa, e que uma boa administração de disponibilidades, completa-se com o uso adequado de fundos temporariamente ociosos em aplicações que ofereçam algum rendimento.

FIGURA 3 – CONTROLE DE CONTAS A PAGAR



A grande maioria das empresas pesquisadas (85 %) efetua o controle das contas a pagar através de anotações em agendas comuns, e apenas 15 % valem-se de relatórios informatizados para efetuar o controle das contas a pagar.

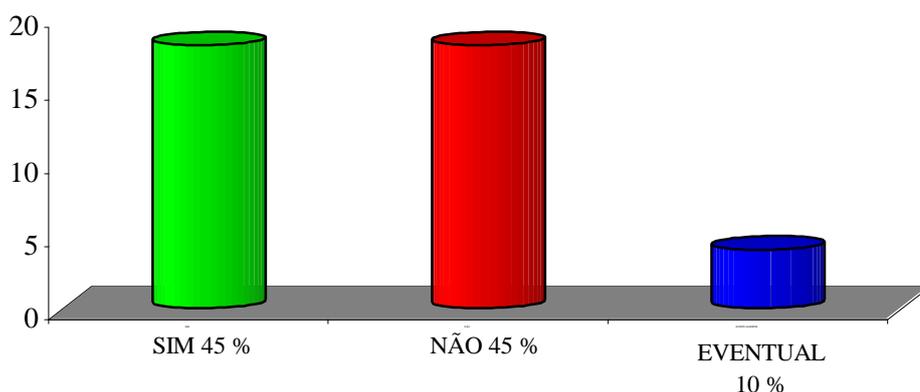
A utilização de agendas, que normalmente são consultadas no dia ou na melhor das hipóteses no dia anterior, não possibilita um planejamento adequado das contas a serem pagas, ocasionando atrasos, ou busca de empréstimos de última hora para satisfazer os compromissos assumidos, que normalmente apresentam um custo financeiro maior, comprometendo desta forma a liquidez e a rentabilidade da empresa.

## 4.3 Empréstimos para suprir suas necessidades financeiras

Para Ross et al (1998), a utilização de capitais de terceiros, pode gerar tanto ganhos quanto perdas. Se por um lado a empresa conta com uma alavancagem financeira, por outro lado fica mais exposta a riscos e aumentam as possibilidades de dificuldades financeiras.

Assim sendo, cabe ao administrador financeiro ser criterioso na utilização de financiamento para suprir suas necessidades de capital de giro, somente recorrendo aos mesmos quando os benefícios forem superiores aos custos do financiamento.

FIGURA 4 – UTILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS



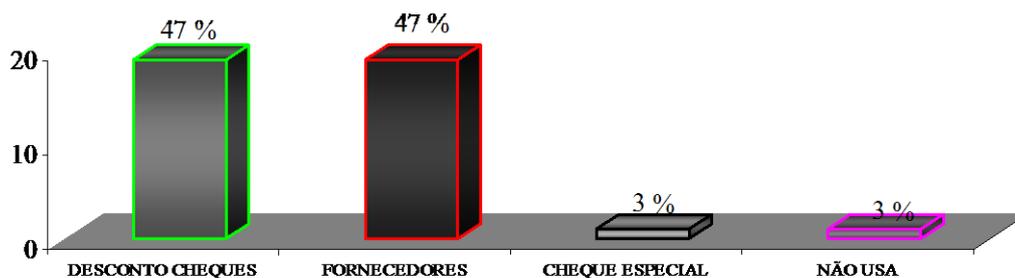
Observa-se que tanto os entrevistados que afirmaram utilizar com frequência financiamentos para suprirem suas necessidades de capital de giro, quanto os que afirmaram nunca utilizar apresentaram o índice de 45 % e apenas 10 % afirmaram necessitar de financiamento apenas eventualmente.

#### 4.4 Principais fontes de financiamento

Para Marion (2002), empréstimos de curto prazo geralmente são mais onerosos que os de longo prazo; excessos de descontos de duplicatas e empréstimos de curto prazo propiciam um custo elevado da dívida.

O autor chama atenção também para o fato de que, por não gerarem recursos suficientes para saldar seus compromissos, as empresas passam a recorrer a empréstimos sucessivos, e permanecendo este círculo vicioso será séria candidata à insolvência, bem como alerta que os recursos de terceiros a serem internalizados nas empresas, devem ser utilizados na alavancagem de novos negócios e não para cobrir deficiências administrativas oriundas principalmente da gestão inadequada dos recursos disponíveis na empresa.

FIGURA 5 - FONTES DE FINANCIAMENTO



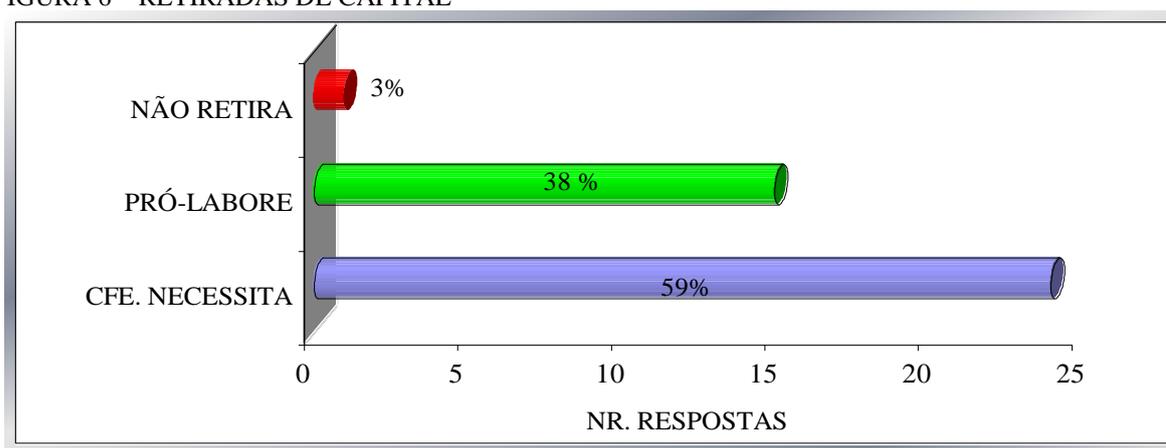
O desconto de cheques apresenta-se como forma preferencial de 47 % dos entrevistados como fonte de suprimento do capital de giro; o mesmo percentual (47 %) utiliza-se

exclusivamente do crédito dos fornecedores, 3 % das empresas utilizam o cheque especial e 3 % afirmaram nunca necessitar de financiamento.

#### 4.5 critérios para retiradas de capital

Segundo Dantas (1996), o empresário deve separar suas despesas pessoais dos negócios. Ele é um dono empregado de sua firma e só viverá bem se os seus negócios forem bem.

FIGURA 6 – RETIRADAS DE CAPITAL



A maioria das empresas (59 %) não possui um critério definido para efetuar retiradas de capital, retirando sempre o que necessitam para satisfazer as necessidades pessoais; 38 % das empresas utilizam o pró-labore e 3% afirmaram nunca ter efetuado retiradas.

A remuneração dos proprietários, sem um critério definido, pode levar as empresas a uma necessidade cada vez maior de recorrer a financiamentos para o seu capital de giro, formando um círculo vicioso que poderá ocasionar sérios problemas financeiros aos empresários.

#### 4.6 Relações de eficiência da administração e investimento em capital de giro

Após a tabulação dos dados as empresas foram classificadas em dois grupos, a saber: empresas que apresentam boa ou razoável administração financeira; empresas que não apresentam boa administração financeira.

Para classificar as empresas nos grupos foram utilizados os seguintes critérios: a empresa efetua fechamento de caixa diariamente? a empresa efetua controle de seus estoques? a empresa possui controle eficiente das contas a pagar? a empresa possui controle eficiente das contas a receber? os proprietários possuem critérios definidos na retirada de capital ?

Para ser considerada como tendo uma boa ou razoável administração financeira, a empresa deveria apresentar resposta “SIM” em pelo menos quatro quesitos, e em seguida foi efetuado o cruzamento com a utilização sistemática de financiamento para suprir suas necessidades de capital de giro.

Os resultados estão consubstanciados nas figuras 2 e 3:

FIGURA 7 – EMPRESAS COM ADMINISTRAÇÃO ADEQUADA

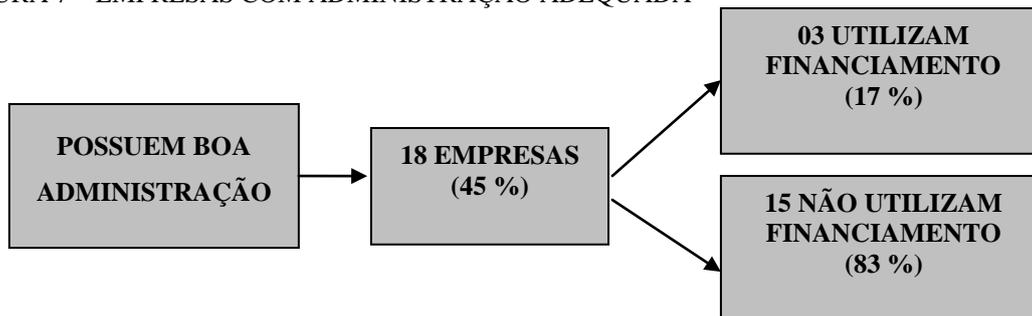
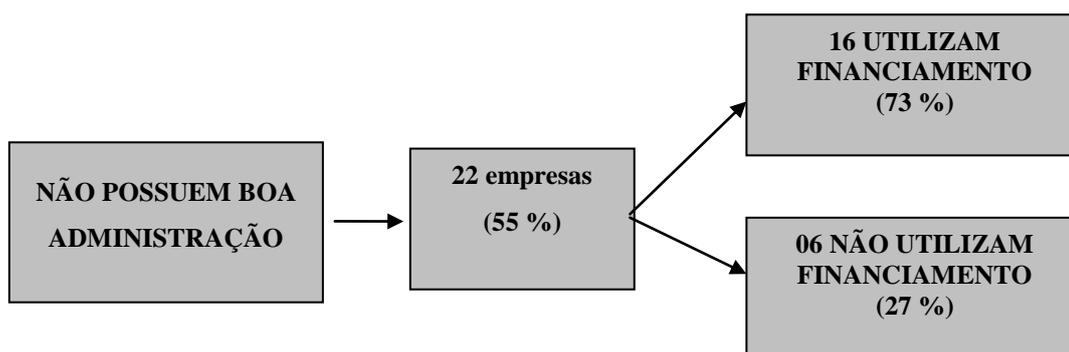


FIGURA 8 – EMPRESAS COM ADMINISTRAÇÃO INADEQUADA



A análise dos resultados nas figuras 2 e 3 nos mostra que, das empresas que possuem uma boa administração financeira, uma grande maioria (83%) não necessita recorrer a financiamentos para suprir suas necessidades de capital de giro, e que apenas 17 % delas utilizam financiamento, enquanto que nas empresas que não possuem uma adequada administração financeira esta relação se inverte, sendo que 73 % utilizam financiamento e 27 % não utilizam.

## 5 CONCLUSÕES

A partir das conclusões e sugestões que serão apresentadas, espera-se que as empresas, especialmente as micro e pequenas, evitem incorrer nos procedimentos administrativos inadequados que como os constatados no presente trabalho, contribuindo, desta forma, para a redução das elevadas taxas de “mortalidade”, bem como ao fortalecimento das empresas que permanecem “vivas”, buscando o caminho do fortalecimento econômico-financeiro saudável.

A partir das análises efetuadas, pode-se entender que há uma relação direta entre uma boa administração e as dificuldades financeiras das empresas estudadas, e que uma boa gestão financeira representa um elemento capaz de alavancar o sucesso empresarial das micro-empresas, assim sendo, algumas ações se fazem necessárias com vista à redução das elevadas taxas de “mortalidade” das micro e pequenas empresas, bem como conduzi-las a um caminho de crescimento, tornando-as maiores e mais fortalecidas. Para tanto, dentre outras ações pode-se recomendar as seguintes:

### **A) Cursos e/ou Programas de Treinamentos**

Que os proprietários-gerentes procurem participar de cursos e/ou programas de treinamento oferecidos por instituições públicas ou privadas, com ênfase nas áreas administrativa-financeira.

Neste aspecto recomenda-se que as instituições de apoio às micro e pequenas empresas participem de forma mais pró-ativa junto a essas unidades no sentido de motivar os proprietários-gerentes a participarem de Programas de Treinamento Gerencial.

### **B) Controles financeiros**

Que as empresas procurem estabelecer um controle das entradas e saídas de dinheiro, procurando estabelecer um fluxo de caixa, onde seja possível saber com antecedência a necessidade ou não de recursos financeiros e, assim, possibilitar um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Este controle possibilitará o acesso a fontes de financiamento melhores e mais baratas, contribuindo para uma melhor liquidez e rentabilidade da empresa.

### **C) Retiradas de Capital**

Que as empresas estabeleçam critérios para a retirada de capitais da empresa, preferencialmente limitando-se ao pró-labore, procurando, desta forma, não descapitalizar a empresa.

A retirada de recursos, sem um critério definido, pode resultar em retiradas superiores aos resultados produzidos pela empresa, e o conseqüente aumento do endividamento da mesma, acarretando o início de um círculo vicioso que poderá levar a empresa à insolvência.

### **D) Disponibilidade de Crédito**

Que a liberação de recursos financeiros subsidiados do contribuinte, sobretudo na fase inicial da vida da empresa, onde o problema parece ser mais premente, só ocorra mediante prévio treinamento aos proprietários-gerentes, ou sob supervisão de profissional habilitado.

Os recursos de terceiros devem servir para a alavancagem dos negócios da empresa, e não serem utilizados para cobrir possíveis deficiências administrativas.

Desta forma, acredita-se que as referidas recomendações possam estar contribuindo para a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento dos pequenos negócios; para a redução das taxas de mortalidade das empresas, evitando-se o desperdício de recursos financeiros, tempo, energia e expectativas pessoais que são desperdiçados em cada empreendimento mal sucedido, além de contribuir para a geração de novos postos de trabalho, de renda e riqueza para a nação.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Social. *Informa-se*. n. 36 em janeiro de 2002. Brasília: DF, 2002. Capturado em setembro de 2002. Disponível em: < [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)>.

BRAGA, R. **Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

DANTAS, A. **Análise de Investimentos e Projetos**: aplicada à pequena empresa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

DIEHL, A. A.; PAIM, D. C. T. **Metodologia e Técnica de pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas**. Passo Fundo: Clio, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Harbra, 2002.

LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. **Administração de pequenas empresas** São Paulo: Makron Books, 1997.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2002.

ROOS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1998.

SANVICENTE, A. Z. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1987.